



Processo nº 10983.912519/2012-11
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1002-002.057 – 1^a Seção de Julgamento / 2^a Turma Extraordinária**
Sessão de 7 de abril de 2021
Recorrente CONSTRUTORA E INCORPORADORA FORMULA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

Ano-calendário: 2012

PRESSUPOSTO PROCESSUAL. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO RECORRENTE. MATÉRIA NÃO CONSTANTE NA LIDE ADMINISTRATIVA.

Não se conhece de recurso voluntário que objetiva afastar matéria que não é objeto dos autos. Se a decisão recorrida foi integralmente favorável ao sujeito passivo, o recurso voluntário não pode ser conhecido, por falta de interesse recursal. não compete a este CARF apreciar insurgências quanto à cobrança dos débitos compensados, pois a sua competência em matérias envolvendo restituição/ressarcimento/compensação limita-se ao reconhecimento, ou não, do direito creditório pleiteado, reconhecimento esse que, entretanto, no presente caso, já foi efetuado integralmente pelo órgão julgador de primeiro grau

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Voluntário. Votou pelas conclusões o conselheiro Marcelo José Luz de Macedo.

(Assinado Digitalmente)
Ailton Neves da Silva- Presidente.

(Assinado Digitalmente)
Rafael Zedral- Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Aílton Neves da Silva (Presidente), Rafael Zedral e Marcelo José Luz de Macedo.

Relatório

Por bem descrever o ocorrido, valho-me do relatório elaborado por ocasião do julgamento em primeira instância, a seguir transscrito:

Trata-se de manifestação de inconformidade, fls. 10/11, manejada pela pessoa jurídica interessada com o objetivo de desconstituir a homologação parcial da DComp nº 37336.28350.240812.1.3.04-4860 (fls. 2/6), veiculada pelo Despacho Decisório de fl. 7 (nº de rastreamento 041979984), concernente ao crédito pleiteado no valor de R\$ 80.704,55, código de receita 2089 (2089 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO), período de apuração (PA) 31/03/2012, decorrente de pagamento indevido ou a maior.

A DComp foi analisada de forma automática pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, culminando na emissão, em 03/01/2013, do referido Despacho Decisório, conclusivo no sentido de que o pagamento localizado foi parcialmente utilizado na quitação de débito da empresa, restando saldo disponível inferior ao crédito pretendido, insuficiente para compensação dos débitos confessados. A respectiva ciência se deu em 18/01/2013, conforme Histórico das Comunicações de fl. 8.

Ou seja, o DARF informado na DComp foi encontrado nos sistemas informatizados da RFB, mas já havia sido parcialmente utilizado para quitação de débito confessado em DCTF, pelo que se deu a decisão de homologação parcial da compensação pretendida, consoante se observa abaixo:

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL				
A análise do direito creditório está limitado ao "crédito original na data de transmissão" informado no PER/DCOMP, no valor de 80.704,55				
Valor do crédito original reconhecido: 2.200,02				
A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas parcialmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, restando saldo disponível inferior ao crédito pretendido, insuficiente para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.				
Características do DARF discriminado no PER/DCOMP				
PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECADAÇÃO	
31/03/2012	2089	80.704,55	30/04/2012	
UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP				
NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO(PR)/ PER/DCOMP (PD)/ DÉBITO(DB)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO	VALOR ORIGINAL DISPONÍVEL
0847412313	80.704,55	Db: cód 2089 PA 31/03/2012	78.504,53	2.200,02
VALOR TOTAL			78.504,53	2.200,02
Diante do exposto, HOMOLOGO PARCIALMENTE a compensação declarada.				
Valor de díver consolidado, correspondente aos débitos indvidualmente compensados, para pagamento até 31/01/2013.				
PRINCIPAL	MULTA	JUROS		
76.768,37	15.353,67	4.606,10		

Não satisfeita com a decisão de homologação parcial, na Manifestação de Inconformidade apresentada em 07/02/2013 a interessada alegou que não há débitos para o mês de março de 2012, tendo ocorrido mera divergência entre as informações inseridas no PER/DComp e na DCTF, em vista do que procedeu à retificação desta em 04/02/2013.

Por fim, requereu que fosse acolhida a manifestação de inconformidade, reformando-se o Despacho Decisório e cancelando-se o débito fiscal

Em sessão de 30 de janeiro de 2019 (e-fls. 97) a DRJ julgou procedente em parte a Manifestação de Inconformidade do contribuinte.

Verificaram os julgadores que o débito compensado no PER/DComp nº 37336.28350.240812.1.3.04-4860 corresponde ao mesmo período de apuração indicado no campo crédito deste mesmo PER/DCOMP. E este débito foi amortizado via pagamento por DARF:

“Todavia, há que se destacar o fato de que, no PER/DComp nº 37336.28350.240812.1.3.04-4860, objeto do presente processo, **o débito que a empresa pretendeu compensar correspondia ao próprio IRPJ do 1º trimestre de 2012**, no valor de R\$ 78.610,83, o qual fora extinto mediante utilização parcial do pagamento efetuado mediante o DARF ali informado, no valor de R\$ 80.704,55, conforme já demonstrado. Assim sendo, a compensação a ser efetuada neste caso seria apenas da diferença entre o débito confessado na DCTF ativa (R\$ 78.610,83) e o valor amortizado pelo pagamento (R\$ 78.504,53), perfazendo a quantia de R\$ 106,30, em virtude de que a quitação do débito se deu, em sua maior parte, mediante outra forma de extinção do crédito tributário, qual seja, o pagamento.”

Concluíram os julgadores que a parcela reconhecida do crédito (R\$ 2.200,02) “deverá ser parcialmente utilizado para fins de compensação do débito de R\$ 106,30 no PER/DComp em tela (nº 37336.28350.240812.1.3.04-4860), posto que, do débito neste confessado (R\$ 78.610,83), a quantia de R\$ 78.504,53 já fora extinta por pagamento”

Ciente da decisão de primeira instância, o ora Recorrente apresenta Recurso Voluntário (e-fls. 115), no qual expõe os fundamentos de fato e de direito a seguir sintetizados.

Esclarece que a “autoridade julgadora também reconheceu o crédito gerado devido ao pagamento a maior do tributo (R\$ 80.704,55 - R\$ 78.504,53 = R\$ 2.200,02), determinando apenas que do montante do crédito fosse deduzido R\$ 106,30, que corresponde exatamente a diferença entre as DCTFs retificadoras, quais sejam: R\$ 78.610,83 (2^a DCTF retificadora) - R\$ 78.504,53 (1^a DCTF retificadora) = R\$ 106,30 (fl. 103). Ao final, pede a revisão do Acórdão da DRJ no sentido de que seja deferido seu pleito.”

Informa que a unidade de origem estaria descumprindo a decisão proferida pela DRJ pois apontou que a recorrente estaria ainda devedora de R\$ 11.022,59 (vide extrato do processo de e-fls. 111) ainda que a DRJ tenha sido clara ao afirmar que o saldo a pagar seria de apenas R\$ 106,30.

Finaliza sua peça:

“Ante o exposto, requer, seja determinado a autoridade de origem a cancelar o débito que ainda está sendo cobrado (fl. 111) e efetuar a compensação do montante de R\$ 106,30 com o crédito de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), exatamente conforme determinação da unidade julgadora.”

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rafael Zedral, Relator.

Admissibilidade

Inicialmente, reconheço a plena competência deste Colegiado para apreciação do Recurso Voluntário, na forma do art. 23-B da Portaria MF nº 343/2015 (Regimento Interno do CARF), com redação dada pela Portaria MF nº 329/2017.

No entanto, entendo que o Recurso não deve ser conhecido, posto que sequer se trata de contestação à decisão da DRJ **mas de reclamação quanto ao procedimento de operacionalização desta decisão por parte da unidade de origem.**

A DRJ, ao apreciar a Manifestação de Inconformidade, deu parcial provimento para reconhecer que o débito informado na DCOMP já havia sido extinto (ainda que parcialmente) pelo **DARF que a recorrente informou na DCOMP como a origem do crédito.**

Identificaram os julgadores que o DARF de R\$ 80.704,55 (declarado em DCOMP) foi vinculado ao débito de mesmo PA e declarado em DCTF no valor de R\$ 78.610,83, ainda que sido amortizado apenas R\$ 78.504,53, restando assim um saldo de débito de R\$ 106,30.

Como o DARF de R\$ 80.704,55 foi utilizado para amortizar R\$ 78.504,53, o saldo de pagamento de R\$2.200,02 indicado no despacho decisório deveria, segundo os julgadores, ser utilizado para amortizar o saldo de débito de R\$ 106,30.

No final das contas, o DARF de R\$ 80.704,55 deveria amortizar o débito do 1º trimestre de 2012 o que anularia o débito declarado em DCOMP, **pois já amortizado pelo DARF.**

Na e-fls. 112 vemos que foi informado no sistema SIEF processos o crédito de R\$ 80.704,55 no processo 10983-910.626/2012-13:

Processo: 10983-912.519/2012-11

Interessado: CNPJ: 07.062.156/0001-46 - CONSTRUTORA E INCORPORADORA FORMULA LTDA

Extrato do Processo

Créditos de Compensação utilizados (CCU) / CTs amortizados - Valor utilizado valorado de acordo com o tipo de crédito

Nro. processo crédito	Valor direito creditório original
10983-910.626/2012-13	80.704,55
CT 2089 PA 01-2012	Valor utilizado valorado 83.174,08

Na e-fls. 111 vemos que o procedimento resultou em saldo de débito de R\$ 11.022,59.

A recorrente não se insurge contra o teor da decisão, apenas quanto à todo este procedimento realizado pela unidade de origem.

Não compete a este CARF apreciar insurgências quanto à cobrança dos débitos compensados, pois a sua competência em matérias envolvendo restituição/ressarcimento/compensação limita-se ao reconhecimento, ou não, do direito creditório pleiteado, reconhecimento esse que, entretanto, no presente caso, já foi efetuado integralmente pelo órgão julgador de primeiro grau.

Portanto, deve a recorrente peticionar ao setor responsável na RFB para que a decisão proferida pela DRJ seja operacionalizada nos seus devidos termos.

E por último e a título de esclarecimento e para contribuir para a solução do problema, parece-nos, salvo engano, que a decisão da DRJ cancelou, ainda que em parte, o débito confessado na DCOMP, como se pode verificar nesta parte do voto do relator:

“Assim sendo, a compensação a ser efetuada neste caso seria apenas da diferença entre o débito confessado na DCTF ativa (R\$ 78.610,83) e o valor amortizado pelo pagamento (R\$ 78.504,53), perfazendo a quantia de R\$ 106,30, em virtude de que a quitação do débito se deu, em sua maior parte, mediante outra forma de extinção do crédito tributário, qual seja, o pagamento.”

DISPOSITIVO

Dante do exposto, voto por não conhecer do Recurso Voluntário .

É como voto.

(Assinado Digitalmente)

Rafael Zedral – relator.